

# Projeto de orçamento do governo pode triplicar serviço da dívida paulista

por Claudia Izique  
de São Paulo

O Estado de São Paulo terá de desembolsar US\$ 1,56 bilhão para cobrir os serviços de sua dívida a vencer no próximo ano, se o Congresso Nacional aprovar as restrições à rolagem das dívidas dos estados e municípios do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelo governo.

Este ano, pela legislação em vigor, São Paulo pagará à União os US\$ 600 milhões correspondentes aos juros vencidos em dezembro último e a 25% do estoque de US\$ 5,5 bilhões de dívidas junto ao Banco do Brasil (BB). Contra este projeto do Executivo, inicia-se, desde já, uma intensa mobilização junto aos parlamentares, que têm prazo até o início de maio para apresentarem emendas. "Queremos melhores condições de rolagem", diz José Machado de Campos Filho, secretário estadual da Fazenda.

Machado teme que a suspensão da rolagem da dívida do estado reduza a capacidade de investimento em 1991. Mas conta que a proximidade das eleições para os governos estaduais e o Legislativo crie um "clima favorável" à aprovação de propostas que flexibilizem o projeto do governo. Adianta que São Paulo já iniciou a discussão de propostas alternativas com outros estados da Federação e garante: "A briga vai dar certo. Os deputados dependem dos governadores".

A renegociação da rolagem das dívidas dos estados e municípios promete ser uma queda-de-braço e, no caso de São Paulo, até reeditar uma certa tensão que muitas vezes marcou a relação do governo do estado com a União. Em 1988 São Paulo teve suas contas bloqueadas no BB e BC, por atraso no pagamento de dívida, logo a seguir contestou judicialmente a política de contenção do déficit público do Ministério da Fazenda e as normas que autorizavam o Banco Central

a bloquear as contas dos estados que não pagassem em dia suas dívidas externas com o aval da União.

Machado argumenta que São Paulo já adquiriu "uma certa independência" em relação ao governo federal e estaria agora exigindo que a União cumprisse prazos previstos para o repasse das parcelas devidas ao estado às áreas de saúde, educação e o do Fundo de Exportação, sempre pagos com atraso.

Machado defende a idéia de que a nova Lei Orçamentária mantenha o mesmo esquema de rolagem de 75% da dívida vigente neste ano. Afirma não saber se esta proposta compromete as metas do governo de restringir orçamento — inclusive o refinanciamento das dívidas dos estados e municípios — para gerar superávit operacional de 1% do PIB. "O governo pode estar querendo receber dos estados para fazer investimentos próprios", ele argumenta. "Eles (o governo) que centralizem o pagamento das dívidas, já que complicaram o seu gerenciamento não autorizando a negociação direta com os credores", diz.

O estoque da dívida do Estado de São Paulo junto ao Banco do Brasil é da ordem de US\$ 5,5 bilhões, incluindo a dívida de suas estatais. Outros US\$ 3 bilhões corresponderiam as dívidas do estado e estatais contraídas diretamente junto a credores externos, segundo Machado.

Os juros vencidos em dezembro ainda não foram pagos, mas, segundo técnicos da Secretaria da Fazenda, isso não chega a caracterizar um atraso: São Paulo estaria aguardando a assinatura de contrato de reempréstimo e orientação do novo governo. O contrato, afirmam os técnicos, prevê um esquema de rolagem por vinte anos, quatro anos de carência e pagamento mensal de juros que podem chegar, em 1990, a 12%, projetando-se a taxa Libor mais uma de "spread".